

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SECRETARIA MUNICIPAL D EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 001/2024**

**Processo Licitatório 01/2024**

**Chamada Pública 01/2024**

**Inexigibilidade 01/2024**

**Objeto:** CREDENCIAMENTO DE ORGANIZAÇÕES FORMAIS DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES PARA A AQUISIÇÃO DE FRUTAS E HORTALIÇAS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS À EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE, QUE ATENDE OS ALUNOS MATRICULADOS NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E REDE PARCEIRA DE INHAÚMA.

**Prazo para entrega dos envelopes:** O prazo de entrega dos envelopes será do dia 29/01/2024 ao dia 06/02/2024, das 09:00 às 17:00 horas.

**Abertura do envelope Documentação/Pedido de credenciamento:** A abertura dos envelopes será do dia 07/02/2024, às 09:30 horas.

**Formalização de Consultas:** as consultas poderão ser formuladas de acordo com o item “4” do Edital.

**Site para consultas:** [www.inhauma.mg.gov.br](http://www.inhauma.mg.gov.br)

**E-mail para informações:** [licitacoes@inhauma.mg.gov.br](mailto:licitacoes@inhauma.mg.gov.br)

**Fone:** (31) 3716 4201

## **PREÂMBULO**

O Município de Inhaúma, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, torna público, para conhecimento dos interessados, que, mediante o Edital de CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2024, selecionará Organizações Formais de Agricultores e Agricultoras Familiares, que tenham interesse em participar dos processos de compras institucionais para aquisição de hortaliças e frutas oriundas da agricultura familiar, destinadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, cuja execução/gestão é realizada pela Secretária Municipal responsável, conforme os critérios especificados a seguir.

## **CLÁUSULA PRIMEIRA: DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

1.1. Compõem os marcos legais para fundamentação do presente Chamamento Público:

- Lei nº 11.326/2006;
- Lei nº 11.947/2009;
- Decreto SEAD nº 9.064/2017;
- Resolução CD/FNDE nº 06/2020;
- Resolução FND nº 21/2021;
- Portaria SAF/MAPA nº 242/2021.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO**

2.1. O objeto do presente Chamamento Público consiste em credenciar Organizações Formais de Agricultores e Agricultoras Familiares para a aquisição de frutas e hortaliças da agricultura familiar, destinados à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que atende os alunos matriculados nas unidades educacionais da rede pública municipal e rede parceira de Inhaúma., conforme especificações e quantitativos constantes deste Edital e seus anexos.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA**

3.1. Participam do PNAE:

3.1. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), responsável pela coordenação do PNAE, pelo estabelecimento das normas gerais de planejamento, execução, controle, monitoramento e avaliação, bem como pela transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros;

3.2. O Município de Inhaúma, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, órgão executor, responsável pela gestão do PNAE, incluindo a adequada utilização e complementação dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE; pela oferta regular da alimentação escolar durante o período de 200 dias letivos; pela prestação de contas; e pelas ações de educação alimentar e nutricional no âmbito escolar;

3.3. As unidades educacionais da rede pública municipal e da rede parceira devidamente inscritas no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;

3.4. O Conselho de Alimentação Escolar de Inhaúma – CAE-, órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, instituído no âmbito do Município.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DA FORMALIZAÇÃO DAS CONSULTAS**

4.1. Os pedidos de esclarecimentos poderão ser entregues através de um dos seguintes meios:

- 1) Por escrito, em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o início da entrega do pedido de credenciamento, no setor de Licitações e Contratos, da Prefeitura Municipal de Inhaúma.
- 2) Por e-mail, em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o início da entrega do pedido de credenciamento, por meio do endereço eletrônico [licitacoes@inhauma.mg.gov.br](mailto:licitacoes@inhauma.mg.gov.br), devendo o assunto constar o número do Edital de Chamamento Público, da seguinte forma: ESCLARECIMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DA DOCUMENTAÇÃO**

5.1. Poderão participar do presente processo de seleção as Organizações Formais de Agricultores e Agricultoras Familiares (Associações e Cooperativas), detentoras da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF / DAP Jurídica, ou documento similar, de acordo com a Lei nº 11.326/2006, da Agricultura Familiar, e da Portaria Federal SEAD nº 523/2018, conforme estabelecido nos subitens abaixo, que atendam aos requisitos de habilitação e demonstrem a qualificação técnica exigida.

5.2. Para habilitação das propostas, as Organizações Formais (Cooperativas ou Associações), detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF / DAP Jurídica, deverão entregar os documentos relacionados a seguir:

5.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

5.2.2. Extrato da DAP Jurídica, emitido nos últimos 60 dias, ou documento similar;

5.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

5.2.4. Prova de regularidade de tributos federais através da Certidão de Débitos Relativos a

Créditos Tributários Federais e à Dívida ativa da União;

5.2.5. Cópias do estatuto e da ata de posse da atual diretoria da entidade, registradas na Junta Comercial, no caso de cooperativa, ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associação;

5.2.6. Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para o PNAE;

5.2.6.1. Deverá ser utilizado o formulário do Anexo I, do Edital, conforme encaminhamento da Secretaria Municipal responsável;

5.2.6.2. As Organizações Formais poderão apresentar Projeto de Venda integral ou parcial para o produto demandado no Edital;

5.2.6.3. As Organizações Formais deverão apresentar Projeto de Venda, com identificação do agricultor, inscrição da DAP Familiar, localidade da produção e quantitativo conforme formulário do Anexo I, do Edital;

5.2.6.4. O Projeto de Venda deverá ser assinado e carimbado pelo representante legal da Organização Formal, que deverá comprovar, com apresentação de cópia autenticada, a formalização da sua representação;

5.2.7. Declaração da Organização Formal responsabilizando-se pelo limite individual de venda do agricultor familiar conforme legislação do PNAE;

5.2.8. Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;

#### **CLÁUSULA SEXTA: DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO**

6.1. A documentação exigida no Edital poderá ser entregue pessoalmente ou enviada pelos Correios em envelopes devidamente lacrados ou por procedimento remoto com envio de arquivo digital.

6.2. Caso o interessado opte por entrega pessoal ou pelos correios, o envelope contendo a documentação deverá conter em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

CHAMAMENTO PÚBLICO SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº \_\_\_\_\_

DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO:

RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

6.3. Caso o interessado opte por entregar a documentação pessoalmente, a mesma deverá ser protocolada em original ou cópia autenticada por cartório competente ou por servidor do órgão licitante, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Inhaúma/MG.

6.4. Caso o interessado opte pelo envio da documentação via Correios, o mesmo deverá ser realizado por meio de carta registrada e deverá constar no envelope a documentação em original ou cópia autenticada por cartório competente, endereçada ao **MUNICÍPIO DE INHAÚMA**, pessoa jurídica de direito público, portadora do CNPJ 18.116.152/0001-10, com sede e administração na Praça Expedicionário Claudovino Madaleno nº 25, região central do município de Inhaúma/MG.

6.4.1. Para esta modalidade de envio, será considerada válida a data de postagem da documentação nos correios do dia 29/01/2024 ao dia 06/02/2024.

6.5. Caso o interessado opte pelo envio remoto, a documentação exigida no item 7 deverá ser enviada em um único arquivo formato PDF nomeado CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024– DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO para o endereço eletrônico [licitações@inhauma.mg.gov.br](mailto:licitações@inhauma.mg.gov.br) do dia 29/01/2024 até as 23:59 h do dia 06/02/2024.

6.6. Os envelopes entregues em local diferente do informado no Edital ou fora do prazo estipulado não serão objeto de análise pela Comissão Especial de Licitação.

6.7. Cada Organização Formal somente poderá ofertar alimentos de acordo com a sua capacidade de produção agropecuária.

6.8. Serão considerados habilitadas as organizações formais que apresentarem a documentação a exigida no item 5 do Edital.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS**

7.1. O Edital só poderá ser impugnado em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o início do recebimento da documentação.

7.2. Não serão acolhidas as impugnações e/ou recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou identificado no processo para responder pelo



interessado.

7.3. Após a publicação do julgamento/resultado referente à habilitação, no Diário Oficial do Município – DOM, o interessado poderá interpor recurso no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis. O recurso será comunicado aos demais participantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.4. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.5. As razões de impugnação do Edital e de recurso deverão ser formalizadas por escrito e devem ser protocoladas na Gerência de Licitações e Contratos, impreterivelmente no horário de atendimento, de 09 às 17 horas, ou formalizadas por e-mail endereçadas à Gerência de Licitações e Contratos, direcionada ao endereço eletrônico [licitacoes@inhauma.mg.gov.br](mailto:licitacoes@inhauma.mg.gov.br)

#### **CLÁUSULA OITAVA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS**

8.1. A descrição dos gêneros alimentícios correspondem às especificações técnicas definidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

8.2. Os preços de referência utilizados para este chamamento serão aqueles auferidos por meio de pesquisa e/ou orçamentos colhidos no mercado, tendo como base as organizações da agricultura familiar.

8.2.1 Os produtos, descrições e preços são os seguintes:

#### **1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

Item	Quant.	Unid.	Especificação
01	350	Kg	<b>Abóbora Moranga:</b> De primeira qualidade, tamanho médio, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. De colheita recente. Acondicionado em embalagem em sacos de polietilenofrestados, contendo 1kg com etiqueta de pesagem.
02	3.000	Pés	<b>Alface Lisa:</b> Verdura de boa qualidade, com folhas verdes, sem traços de descoloração e turgescentes. Intactas, firmes e bem desenvolvidas. Com excelente grau de limpeza, apresentando folhas limpas, livres de terra, restos vegetais ou materiais estranhos e de aspecto fresco. Acondicionado em embalagem de sacos de polietileno frestados.
03	2.000	Molho	<b>Alho-poró:</b> Cilindro de folhas verdes encaixadas umas nas outras, esbranquiçadas na zona subterrânea, tenra, viçosa, textura e consistência de vegetal fresco. Livre de folhas murchas ou amareladas. Acondicionado em embalagem de sacos de polietileno frestados.

04	2.000	Quilo	<b>Banana prata:</b> Tipo prata, de primeira qualidade, tamanho médio, com aproximadamente 80% de maturação, sem manchas, coloração uniforme e brilho, acondicionados em embalagem de sacos polietileno frestados, com etiqueta de pesagem.
05	900	Kg	<b>Beterraba:</b> De primeira qualidade, aspecto firme, de coloração vermelho-viva, fresca, com pele lisa, livre de sinais de manchas, material terroso, rupturas e defeitos. Tamanho médio. Acondicionado em embalagem em sacos de polietileno frestados, contendo 1kg com etiqueta de pesagem.
06	30.000	Unidade	<b>Biscoitos Tareco ou Fécula ou Amanteigado (30g):</b> Biscoito de ótima qualidade, íntegro produzida de forma artesanal e que utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos industrializados, em estabelecimentos certificados e autorizados pela Vigilância Sanitária. A embalagem deve ser de plástico transparente, lacrada e com indicação do peso, data de validade e ingredientes descritos. Apresentando garantia de higiene e consistência adequada.
07	2.000	Unidade	<b>Biscoito Papa ovo (30g):</b> Ótima qualidade, íntegro produzida de forma artesanal e que utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos industrializados, em estabelecimentos certificados e autorizados pela Vigilância Sanitária. A embalagem deve ser de plástico transparente, lacrada e com indicação do peso, data de validade e ingredientes descritos. Apresentando garantia de higiene e consistência adequada.
08	4.000	Unidade	<b>Bolo sabores diversos - cenoura c/ chocolate, formigueiro, chocolate, cenoura, comum, fubá, milho, arroz, etc. (800g):</b> Ótima qualidade, íntegro produzida de forma artesanal e que utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos industrializados, em estabelecimentos certificados e autorizados pela Vigilância Sanitária. A embalagem deve ser de plástico transparente, lacrada e com indicação do peso, data de validade e ingredientes descritos. Apresentando garantia de higiene e consistência adequada.
09	1.000	Molho	<b>Brócolis:</b> Boa qualidade, com flores, talos e folhas de cor verde escuro, sem traços de descoloração, manchas ou sinais de amarelecimento. Intactas, firmes e bem desenvolvidas. Acondicionado em embalagem de sacos de polietileno frestados.
10	30.000	Unidade	<b>Broinha Queijo ou Coco (30g):</b> Ótima qualidade, íntegra produzida de forma artesanal e que utilizam de insumos naturais,

			sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos industrializados, em estabelecimentos certificados e autorizados pela Vigilância Sanitária. A embalagem deve ser de plástico transparente, lacrada e com indicação do peso, data de validade e ingredientes descritos. Apresentando garantia de higiene e consistência adequada.
11	1.500	Kg	<b>Cenoura:</b> Boa qualidade, fresca e com grau de maturação intermediária. Apresentar odor agradável, consistência firme e corpo cilíndrico uniforme. Isenta de sujidades, deformidades, perfurações e ombro verde. Sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio. Acondicionado em embalagem em sacos de polietilenofrestados, contendo 1kg com etiqueta de pesagem.
12	2.000	Molho	<b>Cebolinha:</b> Fresca, folhas de cor verde, de primeira qualidade com molho graduado, viçoso e brilhante. Talos firmes, intacta, com grau de evolução completa do tamanho. Isenta de enfermidades, amarelamento, folhas murchas, material terroso e umidade externa anormal. Sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Acondicionado em embalagem de sacos de polietileno frestados.
13	400	Kg	<b>Chuchu:</b> Boa qualidade, não sendo tolerada a presença de frutos que apresentem defeitos como: podridão, fibroso, dano profundo e defeito de formato. Tamanho e coloração uniforme. Sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. De colheita recente. Acondicionado em embalagem em sacos de polietilenofrestados, contendo 1kg com etiqueta de pesagem.
14	2.000	Molho	<b>Couve:</b> Tipo manteiga, de primeira qualidade, tamanho médio, fresca, talo verde, inteiro e coloração uniforme. Bem desenvolvida, firme e intacta. Isento de material terroso, manchas, rachaduras e escoriações, livre de sujidade, parasitas e larvas. Sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transportes. Acondicionado em embalagem de sacos de polietileno frestados.
15	1.000	Molho	<b>Couve-flor:</b> Primeira qualidade, com buquês firmes, compactos, de cor branca ou creme, livre de defeitos, sujidades e manchas. As folhas devem ser verdes e brilhantes. Sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transportes. De colheita recente. Acondicionado em embalagem de sacos de polietileno frestados.
16	100	Quilo	<b>Colorau:</b> Colorau Caseiro produto obtido do pó do urucum com a mistura de fubá ou farinha de mandioca. Pó fino, de coloração avermelhada, deve estar sem a presença de sujidade ou matérias estranhas e validade impressos nas embalagens. Acondicionado



			em embalagem de sacos de polietileno frestados de 1kg.
17	3.000	Unidade	<b>Fatia caseira (1kg):</b> Ótima qualidade, íntegra produzida de forma artesanal e que utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos industrializados, em estabelecimentos certificados e autorizados pela Vigilância Sanitária. A embalagem deve ser de plástico transparente, lacrada e com indicação do peso, data de validade e ingredientes descritos. Apresentando garantia de higiene e consistência adequada.
18	200	Quilo	<b>Inhame:</b> Boa qualidade, tamanho e coloração uniforme, livre de enfermidades e materiais terrosos. Sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. De colheita recente. Acondicionado em embalagem em sacos de polietileno frestados, com etiqueta de pesagem.
19	2.000	Quilo	<b>Mandioca:</b> Descascada, de primeira qualidade, firme, íntegra, coloração normal, enxuta, com cozimento rápido, sem apodrecimento. Apropriada para o consumo. Acondicionado em embalagem de sacos de polietileno frestados, com etiqueta de pesagem.
20	300	Quilo	<b>Milho verde:</b> In natura, espiga de milho, limpo, debulhado, boa qualidade, sem defeitos, sabor característico da variedade, cor e tamanho uniforme. Livre de insetos, parasitas, larvas, material terroso, sujidade ou corpos estranhos, com grau de maturação adequado para o consumo. Sem lesões de origem física, mecânica, perfurações e cortes. De colheita recente. Acondicionado em embalagem de sacos de polietileno frestados, com etiqueta de pesagem.
21	2.000	Molho	<b>Mostarda:</b> Limpos e de boa qualidade, sem defeitos, com folhas verdes, sem traços de descoloração, intactas, firmes e sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Acondicionado em embalagem de sacos de polietileno frestados.
22	2.000	Dúzia	<b>Ovos de galinha:</b> Ovos de galinha branco ou caipira tipo A. Isento de material terroso, sujidades e misturas de outras espécies e atendendo as condições gerais. Este produto deverá ser entregue em bandeja de polpa de papel, embalado, com 1 (uma) dúzia. Contendo registro do SIF e o prazo de validade deve estar registrado.
23	8.000	Quilo	<b>Polpa de fruta (vários sabores):</b> Congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente,

			peso líquido de 1kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.
24	4.000	Quilo	<b>Pão de abóbora ou Pão de batata (1kg):</b> Ótima qualidade, íntegra produzida de forma artesanal e que utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos industrializados, em estabelecimentos certificados e autorizados pela Vigilância Sanitária. A embalagem deve ser de plástico transparente, lacrada e com indicação do peso, data de validade e ingredientes descritos. Apresentando garantia de higiene e consistência adequada.
25	800	Quilo	<b>Quiabo:</b> Boa qualidade, tenros, fresco, verde, de colheita recente e grau de maturação adequada. Isento de sinais de amarelamento, substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos. Sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Acondicionado em embalagem em sacos de polietileno frestados, com etiqueta de pesagem.
26	2.000	Molho	<b>Salsinha:</b> Fresca, cor verde, intacta, de primeira qualidade com molho graduado, viçoso e brilhante. Folhas firmes, com grau de evolução completa do tamanho. Isenta de enfermidades, amarelamento, folhas murchas, material terroso e umidade externa anormal. Sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Acondicionado em embalagem de sacos de polietileno frestados.
27	400	Quilo	<b>Tempero alho e sal:</b> Produto obtido pela mistura da polpa de alho sob forma pastosa, odor e sabor próprio, acondicionado em embalagem de 1kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, ingredientes, marca, procedência, informação nutricional, número de lote, data de fabricação e validade, quantidade do produto e peso. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega.

#### CLÁUSULA NONA: DO CREDENCIAMENTO, DA HABILITAÇÃO E DA SUA VIGÊNCIA

9.1 A Comissão Especial de Licitação, em até 30 (trinta) dias após o término do prazo para a apresentação de todos os documentos relacionados no Edital, procederá ao credenciamento dos interessados.

9.1.1. Serão consideradas habilitadas as Organizações Formais, constituídas em Cooperativas ou

Associações, credenciadas, conforme solicitado no Edital.

9.2. Após todas as análises da Comissão Especial de Licitação, nos termos do Edital, o resultado final e a classificação da (s) Organização (ões) habilitada (s) serão publicadas no Diário Oficial do Município (DOM).

9.3. A vigência do credenciamento será de 12 (doze) meses.

9.4. A homologação do resultado do chamamento público não cria para o Município a obrigação de contratação, estando esse sujeito tão somente à observância da ordem de classificação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS**

Não será necessária a apresentação de amostras considerando, a natureza do objeto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO**

11.1. Para seleção dos projetos de venda, no caso de um mesmo produto, será observada a seguinte ordem de prioridade, em conformidade com o disposto na Lei Federal 11.947/2009 na Resolução FNDE nº 06/2020 – Art. 35 e da NOTA TÉCNICA Nº 1897361/2020/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE do FNDE.

11.1.1. Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos das Região Geográfica Imediata de Inhaúma, grupo de projetos da Região Geográfica Intermediária de Inhaúma, grupo de projetos do estado, e grupo de projetos do país.

11.1.2. Entre os grupos de projetos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I – o grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do estado e o do País;

II – o grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do estado e do país;

III – o grupo de projetos do estado tem prioridade sobre o do País.

11.1.3. Em cada grupo de projetos, deve-se observar a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I – os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

II – os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;

11.1.4. Serão considerados Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50% +1

(cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas respectivamente, conforme identificação na(s) DAP(s);

11.1.5. Em cada grupo de projetos, no caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados.

11.1.6. Em cada grupo de projetos, no caso de empate entre Grupos Formais, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/ cooperados, conforme DAP Jurídica;

11.1.7. em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

11.2. Em conformidade com a Resolução FNDE nº 06/2020, com a NOTA TÉCNICA Nº 1897361/2020/ DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE do FNDE e com a Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Região Geográfica Imediata e a Região Geográfica Intermediária de que trata esse Edital são compostas pelos seguintes municípios:

11.2.1. Região Geográfica Imediata a qual pertence Inhaúma: Araçai, Baldim, Cachoeira da Prata Caetanópolis, Capim Branco, Conceição do Mato Dentro, Congonhas do Norte, Cordisburgo, Fortuna de Minas, Funilândia, Jequitibá, Matozinhos, Morro do Pilar, Paraopeba, Prudente de Moraes, Santana de Pirapama, Santana do Riacho e Sete Lagoas.

11.2.2. Região Geográfica Intermediária a qual pertence Inhaúma: Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Moeda, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas, Vespasiano, Barão de Cocais, Catas Altas, Itabirito, Mariana, Ouro Preto, Santa Bárbara, Augusto de Lima, Buenópolis, Corinto, Curvelo, Felixlândia, Inimutaba, Monjolos, Morro da Garça, Presidente Juscelino, Santo Hipólito, Três Marias, Bom Jesus do Amparo, Carmésia, Ferros, Itabira, Itambé do Mato Dentro, Passabém, Santa Maria de Itabira, Santo Antônio do Rio Abaixo, São Sebastião do Rio Preto.

11.3. Para proceder a divisão dos projetos de venda em Região Geográfica Imediata a qual pertence o município de Inhaúma e Região Geográfica Intermediária a qual pertence o município de Inhaúma, será considerada a localização das DAPs físicas associadas à organização formal.

11.4. Caso não se obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores da Região Imediata, estas devem ser complementadas com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização estabelecidos nesse Edital.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA SELEÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E CONTRATAÇÃO**

12.1. O (s) projeto (s) de venda serão selecionados e classificados conforme critérios estabelecidos no Edital.

12.2. A (s) organização (ões) selecionada(s) e melhor (es) classificada (s) será (ão) convocada(s) pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA para assinatura do Contrato de Aquisição de Frutas e Hortaliças no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da convocação.

12.2.1. Os contratos de aquisição de Gêneros Alimentícios (Frutas e Hortaliças) serão formalizados com as organizações classificadas até ser atingido o volume de produtos necessários, de acordo com o Chamamento Público.

12.2.2. Caso a Organização não atenda à convocação, será automaticamente desclassificada do Chamamento Público sendo convocada a próxima selecionada, conforme ordem de classificação.

12.2.3. Os contratos de aquisição de Gêneros Alimentícios não perecíveis serão formalizados nos termos apresentados no Edital, com vigência de 12 meses contada a partir da sua assinatura.

12.3. O valor ofertado nas propostas não sofrerá reajustes durante a execução do contrato.

12.4. Na hipótese de rescisão contratual ou esgotamento do quantitativo previsto no Projeto de Venda, serão convocadas as organizações remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do Contrato de Fornecimento.

12.5. Quando da assinatura do contrato, a (s) contratada (s) deverá (ão) apresentar o Alvará Sanitário, em vigor, do (s) estabelecimento (s) destinado (s) ao armazenamento, seleção e distribuição dos produtos hortifrutigranjeiros.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS LOCAIS E DO PRAZO DE ENTREGAS**

13.1. Os produtos deverão ser entregues diretamente nos locais de funcionamento das escolas, conforme endereços indicados na Solicitação de Fornecimento, e cuja relação encontra-se no Anexo IV deste Edital.

13.1.1 Os produtos deverão ser descarregados no interior das unidades escolares, conforme os locais indicados pelo responsável pela unidade.

13.1.2. Os funcionários da Contratada deverão aguardar o tempo necessário para a conferência de especificação, qualidade e peso dos produtos, pela unidade recebedora.

13.1.3. A qualquer momento, poderá haver alteração de endereços, exclusão ou inclusão de unidades no grupo de regionais, com comunicação prévia da Contratada.

13.2. As entregas nas unidades educacionais deverão ocorrer semanalmente, em dias de expediente, no horário de 07h30min às 16h30min, conforme a seguinte programação, exceto quando houver determinação da Secretária Municipal responsável, por escrito:

13.2.1. Os quantitativos solicitados para cada unidade deverão ser entregues de uma única vez,



ou seja, não serão permitidas entregas semanais fragmentadas para uma mesma unidade.

13.2.1.1. Se constatada mais de uma entrega na semana para uma mesma unidade (exceto nos casos de reposição), será considerado atraso no fornecimento.

13.2.2. Caso a(s) entrega (s) não seja (m) realizada (s) na semana, conforme programação, a solicitação de fornecimento poderá ser cancelada, conforme conveniência do Município, e o fornecedor responder por não entrega do (s) produto (s) das unidades que ficaram sem receber os produtos no prazo determinado.

13.2.2.1. A entrega com atraso na semana posterior somente poderá ser realizada com autorização prévia da Secretária Municipal responsável, por escrito, conforme conveniência do Município.

13.3. Mesmo quando houver feriado no Município de Inhaúma, todas as entregas previstas na solicitação de fornecimento deverão ser realizadas na mesma semana, sendo quem neste caso, ajustará, previamente, os dias das entregas. Somente poderá haver alteração do cronograma de entrega por critério e conveniência da Contratante, conforme avaliação da Secretária Municipal responsável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DO CONTROLE DE QUALIDADE**

14.1. Os gêneros alimentícios deverão ser de boa qualidade e em conformidade com as especificações e condições descritas no Edital.

14.2. Os pedidos deverão ser selecionados, pesados e organizados em caixas plásticas vazadas, e higienizadas pelo fornecedor, e separadas para cada unidade escolar.

14.2.1. Nos casos em que o quantitativo de um mesmo produto apresentar peso inferior ou igual a 5 (cinco) quilos, o fornecedor deverá acondicioná-lo em sacos plásticos transparentes e resistentes.

14.3. As caixas plásticas de fornecedor não poderão ficar guardadas nas unidades receptoras, devendo ser recolhidas no ato da entrega.

14.4. Os produtos e/ou quantitativos entregues e não constantes da solicitação de fornecimento não serão pagos pela Contratante.

14.5. A Contratada deverá dirigir-se aos locais da entrega munida de DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO de cada unidade respectiva (Anexo II).

14.5.1. A DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO deverá conter o timbre/logomarca da contratada e ser impressa em três vias, preferencialmente carbonadas.

14.5.2. Sob nenhuma hipótese poderão ser aceitos formulários com dados do fornecimento escritos à mão.

14.5.3. O responsável na unidade, de posse da Declaração de Recebimento, fará a conferência dos produtos de acordo com as especificações, qualidade, quantidades/pesos previstos.

14.5.4. Encerrando a conferência dos produtos, o entregador deverá exigir a devolução da Declaração de Recebimento devidamente datada, assinada e com o carimbo da unidade e/ou do responsável. O entregador também deverá colocar seu nome legível em campo indicado da Declaração de Recebimento.

14.5.5. Na hipótese de irregularidades, como divergência de peso ou problemas na especificação e/ou qualidade, a Contratada deverá providenciar a reposição correspondente no dia útil seguinte ao dia da entrega.

14.5.5.1. Nos casos em que a reposição não for realizada dentro do prazo estipulado, a Contratada deverá solicitar autorização da Secretária Municipal responsável, por e-mail, para que esta defina a viabilidade da reposição após este período, Tal situação não eximirá a contratada de ser notificada e de responder pelo atraso.

14.5.5.2. Nos casos de produtos impróprios para consumo verificados após serem partidos/abertos, a contratada tem prazo de reposição de até 24h (vinte e quatro horas) a partir da notificação pela Secretária Municipal responsável.

14.6. As irregularidades não sanadas pela Contratada serão comunicadas diretamente pelas unidades receptoras à Secretária Municipal responsável, em forma de ocorrências, por e-mail e/ou por outro meio de comunicação eficaz, para notificação à empresa e providências.

14.6.1. A notificação será encaminhada por e-mail ou outro meio de comunicação eficiente devendo ser assinada, datada, carimbada e reenviada em até 24 (vinte e quatro) horas, a fim de comprovar o recebimento.

14.7. No caso da inviabilidade do fornecimento de um ou mais produtos, em caráter excepcional, com a necessidade de substituição do (s) mesmo (s), a contratada deverá apresentar solicitação e justificativa prévias, sendo que os produtos substituídos devem estar entre os mesmo relacionados e especificados como objeto deste Edital, além de ser correlatos nutricionalmente.

14.7.1. Nesta situação, a solicitação e justificativa serão avaliadas pela equipe técnica da Secretária Municipal responsável.

14.8. Os entregadores, bem como o motorista do veículo, deverão apresentar-se asseados, uniformizados, utilizando camiseta com manga, calça, sapato fechado, touca ou boné e crachá de identificação que conste seu nome e o da contratada.

14.9. Fica proibido aos motoristas e entregadores encarregados pelas entregas:

- a) Portar-se de forma desrespeitosa com qualquer funcionário ou beneficiário da unidade;
- b) Constranger ou pressionar o responsável pelo recebimento, impedindo ou dificultando a conferência dos produtos;
- c) Alimentar-se nos locais de entrega;
- d) Entregar produtos que não estejam relacionados da Declaração de Recebimento;
- e) Substituir um produto relacionado na Declaração de Recebimento por outro produto;

- f) Realizar qualquer ação que altere a aferição da balança e, portanto, resulte na pesagem incorreta dos produtos entregues;
- g) Deixar as caixas plásticas da contratada na unidade;
- h) Deixar qualquer tipo de lixo na unidade ou na sua proximidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

15.1. O valor do contrato a ser celebrado com cada Organização Formal corresponderá no máximo a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por cooperado/associado, no período de 12 meses, ficando a cargo desta Organização Formal (cooperativa/associação) a responsabilidade de fiscalização e de repasse do valor correspondente para cada um dos cooperados/associados.

15.2. O faturamento deverá ser emitido de acordo com a solicitação/autorização de fornecimento.

15.3. Os valores praticados serão fixos durante a vigência do contrato, dando segurança mínima ao agricultor familiar sobre o preço base de referência.

15.4. Os documentos fiscais deverão ser emitidos conforme legislação vigente e atestados pelo servidor ou comissão responsável pelo recebimento do produto, após o recebimento definitivo.

15.5A contratada terá até o 10º (décimo) dia útil após a semana de entrega dos produtos hortifrutigranjeiros para apresentar as Notas Fiscais com as respectivas declarações de recebimento, devidamente preenchidas e assinadas, na Secretária Municipal responsável.

15.5.1. As Declarações de Recebimento deverão ser entregues na mesma ordem da solicitação de fornecimento, separadas por regional e por tipo de atendimento (Escolas Municipais de Educação Infantil, Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Creches Parceiras, Unidades Parceiras de Atendimento Educacional Integrado), conforme conveniência do Município.

15.5.2. O não cumprimento do prazo estabelecido no subitem anterior poderá implicar em aplicação de penalidade por descumprimento de condição contratual.

15.6. O pagamento será feito pela Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, da SMASAC, em até 30 (trinta) dias contados do adimplemento.

15.7. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar o produto, a especificação e o quantitativo efetivamente entregue.

15.8. Na ocorrência de necessidade de providências complementares e/ou irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando sua contagem a partir da data de sua reapresentação devidamente regularizada, caso em que não será devida atualização financeira.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

16.1. Cumprir rigorosamente os prazos e condições de entrega pactuados.

16.2. Entregar os produtos de acordo com as especificações e os quantitativos solicitados, observando também a qualidade e a orientação sobre o estágio de manutenção das frutas e hortaliças informado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura..

16.3. Descarregar os produtos no interior das unidades escolares, conforme os locais indicados, e aguardar a conferência.

16.4. Garantir a boa qualidade dos gêneros alimentícios entregues, respondendo por qualquer deterioração, devendo efetuar a substituição imediata quando constatadas irregularidades.

16.5. Manter disponível, durante toda a vigência do contrato, os documentos apresentados no credenciamento.

16.6. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar à Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou a terceiros, no âmbito do cumprimento do contrato, tendo como agente o credenciado, na pessoa de preposto ou estranhos.

16.7. Responsabilizar-se pela entrega dos gêneros, acompanhada da documentação necessária, de acordo com o edital.

16.8. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o seu pessoal necessário à execução desse contrato, bem como sobre a mercadoria.

16.9. Apresentar, sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.

16.10. Submeter-se às normas e determinações Secretaria Municipal de Educação e Culturano que se refere à execução deste contrato.

16.11. Ter conhecimento e aceitar que novas unidades poderão ser incluídas u excluídas conforme necessidade do programa e determinação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

16.12. Garantir que os entregadores, bem como o motorista do veículo, estejam aseados, utilizando camiseta com manga, calça, sapato fechado, touca ou boné.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

17.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento dos produtos, bem como responsabilizar-se pelo pedido dentro dos quantitativos fixados, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

17.2. Zelar pelo cumprimento dos atos relativos às obrigações que assumir contratualmente, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do contrato em que figure como parte.

17.3. Executar os atos relativos à cobrança do cumprimento, pela Contratada, das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais

penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais em relação às suas próprias contratações.

17.3.1. A notificação deverá ser encaminhada por e-mail, fax ou outro meio de comunicação eficaz, sendo que este deverá ser assinado, datado, carimbado e reenviado no prazo de até 24 horas.

17.4. Pagar no vencimento a fatura correspondente ao fornecimento do produto.

17.5. Fiscalizar a manutenção das condições de habilitação e qualificações da Contratada, exigidas no Edital, durante toda a execução do fornecimento, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei 8.666/93 e do Decreto 15.185/2013.

17.6. O limite individual de venda do agricultor e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP Familiar/ano, conforme artigo 39 da Resolução CD/FNDE nº 21/2021, de 16/11/2021.

17.6.1. Para a comercialização com grupos familiares, o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares, munidos de DAP familiar, inscritos na DAP Jurídica, multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula: (valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares (DAPs Familiares) inscritos na DAP Jurídica x R\$ 20.000,00).

17.6.2. Cabe às cooperativas e/ou associações que firmarem contratos com a EEx. A responsabilidade pelo controle do atendimento limite individual de venda nos casos de comercialização com grupos formais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da Contratada, sujeitando-a às seguintes penalidades, em conformidade com o Decreto nº 15.113/2013:

18.1.1. Advertência;

18.1.2. Multa, nos seguintes percentuais:

- a) Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do produto, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- b) Multa de 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas;
- c) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;



- d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando o infrator der causa à rescisão do contrato;
- e) Multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados.

#### 18.1.3. Impedimento de licitar e contratar.

18.2. As penalidades de advertência e de multa serão aplicadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

18.2.1. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas dos pagamentos imediatamente subsequentes à sua aplicação.

18.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pela Subsecretário(a) de Segurança Alimentar e Nutricional.

18.4. Na aplicação das penalidades será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

18.4.1. No caso de aplicação das penalidades previstas no subitem anterior será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso.

18.5. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.

18.5.1. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

18.6. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total da contratação, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1. Fica vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto contratado.

19.2. Poderá a Administração revogar o presente Chamamento Público, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público devidamente justificado, sem que caiba às Organizações Formais direito à indenização, excetuadas as hipóteses previstas em lei.

19.3. As Organizações Formais são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público e da execução do fornecimento. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.4. As questões decorrentes da execução do contrato que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da cidade de Inhaúma/MG, eleito pelas partes com exclusão de qualquer outro.

19.5. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Inhaúma.

19.6. Constituem Anexos do Edital:

**ANEXO I-** PROJETO DE VENDA;

**ANEXO II –** MODELO DA DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA;

**ANEXO III -** MINUTA DE CONTRATO;

**ANEXO IV–** MODELO DA DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO;

**ANEXO V–**RELAÇÃO E ENDEREÇOS DAS UNIDADES ESCOLARES.

Inhaúma, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

**ANEXO I**  
**PROJETO DE VENDA**

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE				
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMAMENTO PÚBLICO Nº _____				
I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES				
GRUPO FORMAL				
1. Nome da Organização Proponente		2. CNPJ		
3. Endereço		4. Município/UF		
5- E-mail		6. DDD/Fone		7. CEP
8. Nº DAP Jurídica		9. Nº de Associados		
		10. Nº de Associados de acordo com a Lei 11.326/2006		
		Assentados		Indígenas
		Quilombolas		
11. Orgânico ou agroecológico Não ( )      Sim ( ) Quais produtos:		12. Nº de Associados com DAP Física		13. Nome do representante legal
14. CPF		15. DDD/Fone		16. CEP

19. Endereço				18. Município/UF			
<b>II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA</b>							
Nome da Entidade  MUNICÍPIO DE INHAÚMA		2.CNPJ 18.715.383/0001-40	3. Endereço Praça Expedicionário Claudovino Madaleno nº 25 – Centro				
<b>III – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS</b>							
1. Identificação do Agricultor (a) Familiar	2.CPF	2. Município da produção	2. Produto	3.Unidade de medida	4.Quantidade	5.Preço de Aquisição*/Unidade	6.Valor Total por Agricultor

<b>TOTAL DO PROJETO</b>							

OBS: \* Preço publicado no Edital nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ (o mesmo que consta na chamada pública).

**IV – RELAÇÃO DE PRODUTOS**

1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço de Aquisição*		5. Cronograma de Entrega dos produtos
			4.1. Unitário	4.2. Total	
Abóbora Moranga ( Item 01)	KG	350			
Alface Lisa( Item 02)	pés	3.000			
Alho-poró( Item 03)	MOLHO	2.000			
Banana prata( Item 04)	KG	2.000			
Beterraba( Item 05)	KG	900			
Biscoitos Tareco ou Fécula ou Amanteigado (30g)( Item 06)	UN	30.000			
Biscoito Papa ovo (30g)( Item 07)	UN	2.000			
Bolo sabores diversos - cenoura c/ chocolate, formigueiro, chocolate, cenoura, comum, fubá, milho, arroz, etc. (800g) ( Item 08)	UN	4.000			



Brócolis( Item 09)	MOLHO	1.000			
Broinha Queijo ou Coco (30g)( Item 10)	UN	30.000			
Cenoura( Item 11)	KG	1.500			
Cebolinha( Item 12)	MOLHO	2.000			
Chuchu( Item 13)	KG	400			
Couve( Item 14)	MOLHO	2.000			
Couve-flor( Item 15)	MOLHO	1.000			
Colorau( Item 16)	KG	100			
Fatia Caseira 1 kg( Item 17)	UN	3.000			
Inhame( Item 18)	KG	200			
Mandioca( Item 19)	KG	2.000			
Milho verde( Item 20)	KG	300			
Mostarda( Item 21)	MOLHO	2.000			
Ovos de galinha( Item 22)	DÚZIA	2.000			
Polpa de fruta (vários sabores)( Item 23)	KG	8.000			

Pão de abóbora ou Pão de batata (1kg) ( Item 24)	KG	4.000			
Quiabo ( Item 25)	KG	800			
Salsinha( Item 26)	MOLHO	2.000			
Tempero Alho e Sal( Item 27)	KG	400			
* Preço publicado no Edital nº ____/____ (o mesmo que consta na chamada pública).					
Local e Data			Assinatura do Representante do Grupo Formal	Telefone /E-mail	

## ANEXO II

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO], como representante devidamente constituído da [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO], declara, sob as penas da lei, que:

- a) Está ciente dos locais de entrega constantes no Edital;
- b) Está ciente das condições de entrega expostas no Edital;
- c) Está ciente de que deverá apresentar na data da assinatura do contrato a “Declaração de Conformidade para Transporte de Alimentos”, para cada um dos veículos destinados ao transporte das carnes bovinas e suínas, de acordo com as descrições dos produtos, conforme Resolução SES/MG nº 6.458, de 05/11/2018, ou documento similar, na hipótese de a Contratada ser de outro estado.
- d) Está ciente de que as entregas serão semanais, ponto a ponto, sendo inadmissível qualquer situação de atraso, visto que comprometerá sobremaneira a execução do Programa Municipal de Alimentação Escolar.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
(local) (data)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável legal da cooperativa/associação

**ANEXO III**  
**MINUTA CONTRATO**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS  
ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A  
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

**CONTRATANTE:** **MUNICÍPIO DE INHAÚMA**, pessoa jurídica de direito público, portadora do CNPJ 18.116.152/0001-10, com sede e administração na Praça Expedicionário Claudovino Madaleno nº 25, região central do município de Inhaúma/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Custodio Silva Junior, nacionalidade brasileira, estado civil casado, profissão comerciante, portador do CPF nº 989.279.456-53 e da Carteira de Identidade nº MG-6.090.318, residente e domiciliado no Município de Inhaúma/MG, e por outro lado (nome da Organização Formal de Agricultores Familiares), com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, em (município), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominado (a) CONTRATADO(A)/CREDENCIADO, fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta no Chamamento Público nº 001/2023, Processo Administrativo nº 04-001.312/22-06 resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de frutas e hortaliças da agricultura familiar, destinados à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que atende os alunos matriculados nas unidades educacionais, da rede pública municipal e da rede parceira de Inhaúma.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá início a partir da data de sua assinatura, com vigência de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente contrato serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária:

1014.1100.08.306.132.2761.0012.339030.39.00.60

**CLÁUSULA QUINTA – DAS SOLICITAÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E PROGRAMAÇÃO DE ENTREGAS**

5.1. As solicitações de fornecimento serão enviadas por e-mail ou por meio de sistema

informatizado, até quinta feira – podendo ser alteradas, excepcionalmente, até sexta feira, da semana que preceder a semana da efetiva entrega.

5.1.5. A pauta e os quantitativos dos produtos poderão variar conforme o planejamento de cardápio e *per capitas*, o saldo de estoque e as especificidades de cada unidade.

5.2. Os produtos deverão ser entregues diretamente nos locais de funcionamento das escolas, conforme endereços indicados na Solicitação de Fornecimento, e cuja relação encontra-se no Anexo IV deste Edital.

5.2.1. Os produtos deverão ser descarregados no interior das unidades escolares, conforme os locais indicados pelo responsável pela unidade.

5.2.2. Os funcionários da Contratada deverão aguardar o tempo necessário para a conferência de especificação, qualidade e peso dos produtos, pela unidade recebedora.

5.2.3. A qualquer momento, poderá haver alteração de endereços, exclusão ou inclusão de unidades no grupo de regionais, com comunicação prévia da Contratada.

5.3. As entregas nas unidades educacionais das regionais Noroeste e Oeste deverão ocorrer semanalmente, em dias de expediente, no horário de 07h30min às 16h30min, conforme a seguinte programação, exceto quando houver determinação da Secretária Municipal responsável, por escrito:

I- Terças e quartas-feiras – para as Escolas Municipais de Educação Infantil (Emeis), Creches Parceiras, Unidades do Programa de Atendimento Educacional Integrado (PAEI);

II - Quintas e sextas-feiras – para Escolas Municipais de Ensino Fundamental e EJA.

5.3.1. Os quantitativos solicitados para cada unidade deverão ser entregues de uma única vez. Ouseja, não serão permitidas entregas semanais fragmentadas para uma mesma unidade, ainda que sejam do mesmo grupo de regionais.

5.3.2. Se constatada mais de uma entrega na semana para uma mesma unidade (exceto nos casos de reposição), será considerado atraso no fornecimento.

5.3.3. Caso a(s) entrega (s) não seja (m) realizada (s) na semana, conforme programação, a solicitação de fornecimento poderá ser cancelada, conforme conveniência do Município, e o fornecedor responder por não entrega do (s) produto (s) das unidades que ficaram sem receber os produtos no prazo determinado.

5.3.4. A entrega com atraso na semana posterior somente poderá ser realizada com autorização prévia da Secretária Municipal responsável, por escrito, conforme conveniência do Município.



5.4. Mesmo quando houver feriado no Município de Inhaúma, todas as entregas previstas na solicitação de fornecimento deverão ser realizadas na mesma semana, sendo quem neste caso, ajustará, previamente, os dias das entregas. Somente poderá haver alteração do cronograma de entrega por critério e conveniência da Contratante, conforme avaliação da Secretária Municipal responsável.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

6.1. Os gêneros alimentícios deverão ser de boa qualidade e em conformidade com as especificações e condições descritas no Edital.

6.2. Os pedidos deverão ser selecionados, pesados e organizados em caixas plásticas vazadas, e higienizadas pelo fornecedor, e separadas para cada unidade escolar.

6.2.1. Nos casos em que o quantitativo de um mesmo produto apresentar peso inferior ou igual a 5 (cinco) quilos, o fornecedor deverá acondicioná-lo em sacos plásticos transparentes e resistentes.

6.3. As caixas plásticas de fornecedor não poderão ficar guardadas nas unidades receptoras, devendo ser recolhidas no ato da entrega.

6.4. Os produtos e/ou quantitativos entregues e não constantes da solicitação de fornecimento não serão pagos pela Contratante.

6.5. A Contratada deverá dirigir-se aos locais da entrega munida de DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO de cada unidade respectiva (Anexo II).

6.5.1. A DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO deverá conter o timbre/logomarca da contratada e ser impressa em três vias, preferencialmente carbonadas.

6.5.2. Sob nenhuma hipótese poderão ser aceitos formulários com dados do fornecimento escritos à mão.

6.5.3. O responsável na unidade, de posse da Declaração de Recebimento, fará a conferência dos produtos de acordo com as especificações, qualidade, quantidades/pesos previstos.

6.5.4. Encerrando a conferência dos produtos, o entregador deverá exigir a devolução da Declaração de Recebimento devidamente datada, assinada e com o carimbo da unidade e/ou do responsável. O entregador também deverá colocar seu nome legível em campo indicado da Declaração de Recebimento.

6.5.5. Na hipótese de irregularidades, como divergência de peso ou problemas na especificação e/ou qualidade, a Contratada deverá providenciar a reposição correspondente no dia útil seguinte ao dia da entrega.

6.5.5.1. Nos casos em que a reposição não for realizada dentro do prazo estipulado, a Contratada deverá solicitar autorização da Secretária Municipal responsável, por e-mail, para que esta defina a viabilidade da reposição após este período, Tal situação não eximirá a contratada de ser notificada e de responder pelo atraso.

6.5.5.2. Nos casos de produtos impróprios para consumo verificados após serem partidos/abertos, a contratada tem prazo de reposição de até 24h (vinte e quatro horas) a partir da notificação pela Secretária Municipal responsável.

6.6. As irregularidades não sanadas pela Contratada serão comunicadas diretamente pelas unidades receptoras à Secretária Municipal responsável, em forma de ocorrências, por e-mail e/ou por outro meio de comunicação eficaz, para notificação à empresa e providências.

6.6.1. A notificação será encaminhada por e-mail ou outro meio de comunicação eficiente devendo ser assinada, datada, carimbada e reenviada em até 24 (vinte e quatro) horas, a fim de comprovar o recebimento.

6.7. No caso da inviabilidade do fornecimento de um ou mais produtos, em caráter excepcional, com a necessidade de substituição do (s) mesmo (s), a contratada deverá apresentar solicitação e justificativa prévias, sendo que os produtos substituídos devem estar entre os mesmo relacionados e especificados como objeto deste Edital, além de ser correlatos nutricionalmente.

6.7.1. Nesta situação, a solicitação e justificativa serão avaliadas pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação.

6.8. Os entregadores, bem como o motorista do veículo, deverão apresentar-se asseados, uniformizados, utilizando camiseta com manga, calça, sapato fechado, touca ou boné e crachá de identificação que conste seu nome e o da contratada.

6.9. Fica proibido aos motoristas e entregadores encarregados pelas entregas:

- a) Portar-se de forma desrespeitosa com qualquer funcionário ou beneficiário da unidade;
- b) Constranger ou pressionar o responsável pelo recebimento, impedindo ou dificultando a conferência dos produtos;
- c) Alimentar-se nos locais de entrega;
- d) Entregar produtos que não estejam relacionados da Declaração de Recebimento;
- e) Substituir um produto relacionado na Declaração de Recebimento por outro produto;
- f) Realizar qualquer ação que altere a aferição da balança e, portanto, resulte na pesagem incorreta dos produtos entregues;
- g) Deixar as caixas plásticas da contratada na unidade;
- h) Deixar qualquer tipo de lixo na unidade ou na sua proximidade.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 7.1. Cumprir rigorosamente os prazos e condições de entrega pactuados.
- 7.2. Entregar os produtos de acordo com as especificações e os quantitativos solicitados, observando também a qualidade e a orientação sobre o estágio de manutenção das frutas e hortaliças informado pela Secretaria Municipal de Educação.
- 7.3. Descarregar os produtos no interior das unidades escolares, conforme os locais indicados, e aguardar a conferência.
- 7.4. Garantir a boa qualidade dos gêneros alimentícios entregues, respondendo por qualquer deterioração, devendo efetuar a substituição imediata quando constatadas irregularidades.
- 7.5. Manter disponível, durante toda a vigência do contrato, os documentos apresentados no credenciamento.
- 7.6. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar à Secretaria Municipal responsável ou a terceiros, no âmbito do cumprimento do contrato, tendo como agente o credenciado, na pessoa de preposto ou estranhos.
- 7.7. Responsabilizar-se pela entrega dos gêneros, acompanhada da documentação necessária, de acordo com o edital.
- 7.8. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o seu pessoal necessário à execução desse contrato, bem como sobre a mercadoria.
- 7.9. Apresentar, sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Educação, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.
- 7.10. Submeter-se às normas e determinações Secretaria Municipal de Educação que se refere à execução deste contrato.
- 7.11. Ter conhecimento e aceitar que novas unidades poderão ser incluídas ou excluídas conforme necessidade do programa e determinação da Secretaria Municipal de Educação.
- 16.12. Garantir que os entregadores, bem como o motorista do veículo, estejam aseados, utilizando camiseta com manga, calça, sapato fechado, touca ou boné.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 8.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento dos produtos, bem como responsabilizar-se pelo pedido dentro dos quantitativos fixados, por meio da Secretaria Municipal de Educação.
- 8.2. Zelar pelo cumprimento dos atos relativos às obrigações que assumir contratualmente, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do contrato em

que figure como parte.

8.3. Executar os atos relativos à cobrança do cumprimento, pela Contratada, das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais em relação às suas próprias contratações.

8.3.1. A notificação deverá ser encaminhada por e-mail, fax ou outro meio de comunicação eficaz, sendo que este deverá ser assinado, datado, carimbado e reenviado no prazo de até 24 horas.

8.4. Pagar no vencimento a fatura correspondente ao fornecimento do produto.

8.5. Fiscalizar a manutenção das condições de habilitação e qualificações da Contratada, exigidas no Edital, durante toda a execução do fornecimento.

8.6. O limite individual de venda do agricultor e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP Familiar/ano, conforme artigo 39 da Resolução CD/FNDE nº 21/2021, de 16/11/2021.

8.6.1. Para a comercialização com grupos familiares, o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares, munidos de DAP familiar, inscritos na DAP Jurídica, multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula: (valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares (DAPs Familiares) inscritos na DAP Jurídica x R\$ 20.000,00).

8.6.2. Cabe às cooperativas e/ou associações que firmarem contratos com a EEx. A responsabilidade pelo controle do atendimento limite individual de venda nos casos de comercialização com grupos formais.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

9.1. O valor do contrato a ser celebrado com cada Organização Formal corresponderá no máximo a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por cooperado/associado, no período de 12 meses, ficando a cargo desta Organização Formal (cooperativa/associação) a responsabilidade de fiscalização e de repasse do valor correspondente para cada um dos cooperados/associados.

9.2. O faturamento deverá ser emitido de acordo com a solicitação/autorização de fornecimento.

9.3. Os valores praticados serão fixos durante a vigência do contrato, dando segurança mínima ao agricultor familiar sobre o preço base de referência.

9.4. Os documentos fiscais deverão ser emitidos conforme legislação vigente e atestados pelo servidor ou comissão responsável pelo recebimento do produto, após o recebimento definitivo.

9.5 A contratada terá até o 10º (décimo) dia útil após a semana de entrega dos produtos hortifrutigranjeiros para apresentar as Notas Fiscais com as respectivas declarações de recebimento, devidamente preenchidas e assinadas, na Prefeitura Municipal de Inhaúma/MG.

9.5.1. As Declarações de Recebimento deverão ser entregues na mesma ordem da solicitação de fornecimento, separadas por regional e por tipo de atendimento (Escolas Municipais d Educação Infantil, Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Creches Parceiras, Unidades Parceiras de Atendimento Educacional Integrado), conforme conveniência do Município.

9.5.2. O não cumprimento do prazo estabelecido no subitem anterior poderá implicar em aplicação de penalidade por descumprimento de condição contratual.

9.6. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar o produto, a especificação e o quantitativo efetivamente entregue.

9.7. Na decorrência de necessidade de providências complementares e/ou irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando sua contagem a partir da data de sua reapresentação devidamente regularizada, caso em que não será devida atualização financeira.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da Contratada, sujeitando-a as seguintes penalidades:

10.1.1. advertência;

10.1.2. multa, nos seguintes percentuais:

- a. Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do produto, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- b. Multa de 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas;
- c. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- d. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato quando o infrator der causa à rescisão do contrato;



e. Multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados.

10.2. Na aplicação das penalidades previstas no contrato, será facultada a defesa prévia da credenciada no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da sua notificação.

10.3. Em conformidade com o Decreto nº 15.113/2013, as penalidades de advertência e de multa penalidade de descredenciamento será aplicada pela Secretaria Municipal de Educação.

10.3.1. Na aplicação das penalidades será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3.2. No caso de aplicação das penalidades previstas no subitem anterior será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso.

10.4. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.

10.4.1. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

10.5. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total da contratação, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas pela Secretária Municipal responsável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

11.1. O presente contrato poderá ser rescindido, desde que formalmente motivado nos autos deste processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses da Contratada:

11.1.2. infringir quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato;

11.1.3. transferir ou ceder o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte;

11.1.4. recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução deste contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO**

Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do Contratante, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização à Contratada, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS**

13.1. A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

13.2. A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, à confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

13.3. A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

13.4. A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.5. A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.5.1. A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

13.6. A Contratada fica obrigada a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato/convênio/parceria, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

13.6.1. A Contratada não será permitida deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.



13.6.1.1. A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

13.7. A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

13.7.1. A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

13.7.2. A Contratada que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

13.8. A Contratada fica obrigado a manter preposto para comunicação com o Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

13.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o Fornecedor/Contratado e a Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

13.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Fica vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto contratado.

14.2. A tolerância do Contratante com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

14.3. A Contratada não poderá caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira.

**CLÁUSULA 15 – LEI ANTICORRUPÇÃO:** A *CONTRATADA* ao celebrar o presente instrumento contratual reafirma que conhece e entende os termos da Lei Federal nº 12.843, de 2013 – Lei Anticorrupção -, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições desta Lei.

1. A *CONTRATADA*, por si e por seus administradores, diretores, funcionários, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome, se obrigam a conduzir suas práticas comerciais, durante a

execução deste contrato administrativo, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, bem como se compromete a não dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem a Lei Anticorrupção.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

A publicação do extrato do presente contrato no “Diário Oficial do Município” correrá por conta e ônus do Contratante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ANEXOS**

Vincula-se ao presente contrato o edital de licitação e a proposta da Contratada, nos termos do art. 55, XI, da Lei nº 8.666/93 e são anexos ao presente instrumento e dele fazem parte integrante:

ANEXO I – MODELO DA DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO;

ANEXO II – RELAÇÃO E ENDEREÇOS DAS UNIDADES ESCOLARES.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Lei Anticorrupção E Lei Geral De Proteção De Dados:**

A contratada ao celebrar o presente instrumento contratual reafirma que conhece e entende os termos da Lei Federal nº 12.843, de 2013 – Lei Anticorrupção -, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições desta Lei, bem como da Lei Geral de Proteção de Dados.

15.1. A licitante proponente com o protocolo dos envelopes contendo a proposta comercial e os documentos de habilitação reafirmam o efetivo interesse em participar do presente certame e, portanto, está assumindo que conhece e entende os termos da Lei Federal nº 12.846, de 2013 – Lei Anticorrupção -, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições desta Lei.

15.2. A licitante proponente, por si e por seus administradores, diretores, funcionários, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome, se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a realização do presente certame e na vigência do instrumento contratual, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, bem como se compromete a não dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental,

consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem a Lei Anticorrupção.

15.3. Qualquer descumprimento da Lei Anticorrupção pela licitante proponente, em qualquer um dos seus aspectos, ensejará a sua exclusão do presente certame licitatório e na ocorrência da execução do instrumento contratual será causa ensejadora de sua rescisão imediata, independentemente de qualquer notificação, sob pena do pagamento de multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato.

15.4. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

15.5. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

15.6. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

15.7. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o órgão gerenciador, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da beneficiária, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação (listar outros, quando cabível).

15.8. A beneficiária declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo órgão gerenciador.

15.9. A beneficiária fica obrigada a comunicar ao órgão gerenciador em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Inhaúma/MG, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer dúvida ou pendência oriunda do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Inhaúma, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Secretária Municipal de Educação e Cultura

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: 1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**ANEXO IV****MODELO DA DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO**

A declaração deverá conter o timbre da cooperativa/associação)

**DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO**

PROCESSO Nº \_\_\_\_\_

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº  
001/2024

Associação/Cooperativa:	CNPJ:
Projeto/Modalidade de Ensino:	
Nome da unidade:	
Endereço da unidade:	
Regional:	

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	UNIDADE	O QUE FALTOU (a ser preenchido pelo receptor)
1.			
2.			
3.			
Obs.: Numerar conforme a relação de produtos.			
QUANTITATIVO TOTAL:			

Os produtos relacionados acima foram conferidos e estão de acordo com as especificações e os quantitativos/pesos relacionados, sendo observadas as situações descritas no campo "O que faltou". A coordenação da unidade e a associação/cooperativa estão cientes de que a responsabilidade pelo descumprimento deste correrá por parte de quem lhe deu causa, ficando o mesmo como prova material a ser aplicada ao responsável.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Horário: \_\_\_\_:\_\_\_\_ (a serem preenchidos pelo

receptor)

<b>Responsável pelo Recebimento / Unidade Educacional</b> Nome: _____ Assinatura: _____	<b>Carimbo da unidade</b>
<b>Entregador Responsável / Associação/Cooperativa</b> Nome: _____ Assinatura: _____	